



IV Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica  
IV EnICT  
ISSN: 2526-6772  
IFSP – Câmpus Araraquara  
24 e 25 de outubro de 2019

## O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: Estudo de Caso em Araraquara

NATALY RAQUEL CAMARGO FREITAS <sup>1</sup>, GUILHERME PONTIERI DE LIMA <sup>2</sup>

1 Discente Curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Bolsista PIBIFSP, IFSP Campus Araraquara, natly.raquel3950@gmail.com.

2 Docente de História, IFSP Campus Araraquara, guilherme.lima@ifsp.edu.br

**Área de conhecimento** (Tabela CNPq): História da Educação – 7.08.01.02-9

**RESUMO:** Esse artigo visa apresentar o estudo realizado acerca do projeto Escola Sem Partido (ESP) em relação aos seus fundamentos, motivações e tramitação, enfatizando sua atuação no município de Araraquara. O Brasil encontra-se em um momento de crise, o que demandaria do campo educacional, uma formação crítica em favor da democracia e da cidadania de fato. Entretanto, em pretensão de neutralidade, o ESP advoga um ensino livre das ideologias, que tem gerado um ambiente educacional acrítico e de insegurança referentes às discussões políticas possíveis. O ambiente crítico favorável ao desenvolvimento das características democráticas e cidadãos encontram-se em constante ameaça. A crítica política, nas escolas, sofre ataques gerando um ambiente de insegurança e, quando não, um ambiente de criminalização sob o jargão de doutrinação ideológica. Concomitante, e talvez com ligações profundas, o Brasil passa por uma acelerada reformulação no mundo do trabalho, reformas trabalhistas, aumento da jornada de trabalho, terceirização, reforma educacional, etc. Assim, como objetivo deste trabalho se pretende avaliar, quanto do ideal transmitido pelo Escola Sem Partido auxilia nesse processo de reestruturação do mundo do trabalho e qual o propósito de desestimular o debate político e crítico nos ambientes formativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anticomunismo; Doutrinação; Formação Crítica

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vive um momento de crise política, colaborando com o aparecimento de polarização política e ideológica que não conduzem ao bom debate democrático. Em um desses polos está o Escola Sem Partido (ESP).

O projeto Escola Sem Partido é um movimento que, segundo Miguel Nagib e demais defensores, objetiva uma escola sem “doutrinação ideológica” e que incentiva a neutralidade política. Criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib em conjunto com o Deputado Estadual Flávio Bolsonaro e o Deputado Federal – atual presidente – Jair Bolsonaro, o ESP se fortaleceu a partir dos movimentos das “Jornadas de Junho de 2013”, movimento pretensamente apartidário que, inclusive, rechaçou bandeiras políticas em suas marchas. A partir desse movimento, os ideais conservadores são reforçados e a neutralidade política surge como principal bandeira do Escola Sem Partido. Em 2015, inúmeros projetos de lei (com mesmo objetivo) passaram a ser pautados em discussões nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas em todo o país, fazendo com que mais uma vez o movimento fosse impulsionado, gerando outros debates como o combate à “ideologia de gênero” - uma das vertentes do movimento.

Concomitantemente a ideia de neutralidade, a Escola Sem Partido iniciou combates à “doutrinação ideológica” nas escolas, transformando a atividade docente, em salas de aula, em algo que devesse ser vigiado, a atividade docente passa a ser patrulhada. Pensamento crítico se transforma em adjetivo de doutrinação ideológica e genericamente a esquerda passa a ser o inimigo nacional

Em novembro de 2017, houve uma tentativa de implementar o Projeto Escola Sem Partido no município de Araraquara (SP) pelo Vereador Elton Negrini (PSDB) e Lucas Grecco (PSB), na qual obrigava

a afixação de um cartaz com os “deveres do professor” em sala de aula. Entretanto, devido ao parecer, dado pelo Ministério Público Federal, o projeto foi considerado inconstitucional, na medida em que entra em conflito com outros direitos previstos por lei.

Em abril de 2018, foi aberta uma audiência pública, pela Câmara Municipal de Araraquara, para debater sobre o ESP, contando com a participação pública e com dois Professores Doutores sugeridos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), que em nota posterior se mostrou contrária à implementação do projeto. Durante o debate, apenas os contrários ao projeto se pronunciaram e os favoráveis não compareceram. O professor Doutor Fernando de Araújo Penna, da Universidade Federal Fluminense, se mostrou contrário ao projeto, problematizando desde o seu nome até o que o movimento ESP prega como “doutrinação e ideologia de gênero”. Como resultado, o projeto Escola Sem Partido foi vetado e arquivado em Araraquara, mas o Vereador Elton Negrini afirmou em entrevista ao “Jornal Regional” que pretende rever o projeto e trazê-lo ao debate novamente no município.

A partir do surgimento e notoriedade que o ESP ganhou ao longo de seus 16 anos, desde sua criação, surgem outros grupos contrários como o “Professores Contra o Escola Sem Partido”, o “Escola Sem Censura Escola Araraquara”, este último criado no município de Araraquara (SP). Esses grupos apoiam a decisão de inconstitucionalidade do projeto e afirmam que o mesmo fere com direitos concebíveis por lei, como o pluralismo de ideias, argumentando que se houver a “neutralidade” que pregam, não há debate e nem disseminação de conhecimento.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas políticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho” (Freire, 1996, p. 38).

Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, que defendia a educação e a formação senso-crítica dos estudantes. Sobretudo, em seu livro “Pedagogia da Autonomia” na seção “Primeiras Palavras”, o autor deixa claro a abertura para debates e inclusive, de indagações contrárias à dele e reforça seu sentimento contrário à doutrinação política-ideológica. Além disso, ele defende que os professores não devem apenas “treinar”, mas sim “educar”, fazendo com que o discente se assume como ser pensante, levando em conta a ética e o respeito. Freire também fala do conceito de ideologia, que nos torna míopes, na medida em que acreditamos cegamente em notícias e eventos em que há a ocultação de fatos.

As ideias de Paulo Freire são constantemente refutadas por aquele que apoiam o movimento Escola Sem Partido, assim como na fala do advogado e coordenação do movimento ESP, Miguel Nagib:

“O que a gente defende é que alguns dos ensinamentos de Paulo Freire se chocam com a constituição. Nossa crítica é de natureza jurídica, porque o uso da sala de aula para efeito de transformação da sociedade, como ele defendia, dependendo da maneira com que isso é aplicado, viola a liberdade dos alunos e a neutralidade política do estado” (Revista Galileu, 2017).

O Escola Sem Partido advoga que não haja “doutrinação ideológica”, mas em seu documento de elaboração não consta o conceito de “ideologia” a que se referem. Para tanto, como início, a proposta é encontrar tal conceito e aplicá-lo ao movimento Escola Sem Partido. Segundo a definição do Dicionário de Política Bobbio, a ideologia é, em conceito de “ideologia forte”, um conceito de caráter negativo, pois trata da “mistificante de falsa consciência de uma crença política”. Essa definição é baseada na definição de Karl Marx sobre o que é ideologia. Para Marx, essa definição aparece de forma pejorativa, visando o interesse das classes

dominantes vinculado ao interesse coletivo. Nesse sentido há a contradição e/ou ocultação de uma série de fatores para atingir um objetivo comum da burguesia. Este conceito de ideologia está em Marx para definir uma característica da ideologia burguesa, de mascarar a realidade ou de impor as verdades históricas datadas de um determinado grupo como leis eternas para todas as sociedades e tempos históricos. Nesse sentido ideologia é falseamento da realidade. Entretanto, o conceito de ideologia já foi foco de análises por vários outros pensadores posteriores a Marx, dentre eles Michael Lowy, para o qual, ideologia representaria uma “visão de mundo”. Essa visão de mundo estaria atrelada a uma percepção de um grupo. Nesse sentido não haveria uma única ideologia e sim várias e que se alteram segundo o grupo ou posição política e de classe.

No Projeto Escola Sem partido, no entanto, a ideologia é sempre um atributo do outro. A Escola Sem Partido acusa a escola e o professor de fazer ideologia. A Escola Sem Partido quer eliminar a ideologia das escolas, entretanto, ela mesma não tem um conjunto de ideias que defende? Defender ideias e propor suas verdades não configuraria ter uma ideologia? Ou o mal é só as convicções do outro? No projeto do ESP, identificamos que ideologia seria aquela que os docentes supostamente aplicam. Entretanto a que eles promovem, negam ter. Ideologia é a “propaganda” pelos professores, são propagandas político-partidárias e “comunistas”, de esquerda. Essa visaria, segundo os apoiadores do movimento, formar uma geração de “Soldadinhos Vermelhos”, “Esquerdopatas” entre outros termos pejorativos. O movimento da ESP se valeriam do princípio da “neutralidade”, que é impensável, pois ao abstermos de nossa opinião crítica e apresentar apenas os fatos, estaremos concedendo a “vitória” ao lado que estava à frente. Por exemplo, na votação sobre a aprovação ou rejeição do projeto ESP, há dois lados – os contrários e os a favor dele – se um desses lados não se pronunciam, outro se sobressai de forma que não houve “neutralidade” e sim abstenção.

Segundo Ribeiro (2016, p. 5), o movimento publicou em seu *site* oficial, um modelo de notificações extrajudiciais para intimidar docentes que teriam praticado uma suposta “doutrinação ideológica”, incluindo temas como o gênero e a sexualidade.

Para Molina (2017),

Os setores atacados, especialmente no campo do marxismo denunciam que essa característica de ataque contra a esquerda é uma “cortina de fumaça”, ou seja, uma estratégia do movimento conservador ESP, que em aliança com os setores econômicos neoliberais pretendem aprofundar o processo de “modernização capitalista” no Brasil, baseados no tripé: conservadorismo, privatização e tecnificação, muito semelhante às propostas educacionais da ditadura civil-militar (1964 a 1985), ou seja, enxugamento dos conteúdos e do ensino por meio do processo de eliminação da crítica (conformismo); combate ao debate democrático por proibir questões políticas públicas; transformar o professor em um burocrata secundário (“robotização”) por meio das pedagogias do “aprender a aprender”; e por fim, a difusão de teorias irracionistas que advogam um mundo sem verdades. Concomitantemente, exige-se do professor aumento de produtividade e sobre ele se intensifica os instrumentos de controle e repressão do trabalho docente. Portanto, compreende-se que o ESP desqualifica a escola e os profissionais da educação por meio de distorções superficiais e falta de conhecimento da realidade educacional brasileira. (MOLINA, 2017, p.5)

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, foram selecionadas e analisadas diversas produções que, primeiro, tenham como temática central o projeto Escola Sem Partido e outras produções que traçaram como objetivo a interpretação da chamada “Doutrinação Ideológica”. A partir das leituras, foi possível promover um debate bibliográfico como método de pesquisa para comparações entre as posições, destacando os argumentos contra e a favor do movimento e do projeto de lei.

A pesquisa documental foi um fator essencial, selecionando documentos e dando ênfase nas produções legais, a partir do movimento da ESP, como a proposta de projeto em si, anexada no *site* do movimento. Outros documentos, acessados por meios eletrônicos, como matérias de jornais, notas de apoio, de repúdio, entre outros também foram analisados. Por meio dessas fontes, o estudo foi capaz de discernir sobre o contexto em

que tais documentos foram produzidos, levando em consideração a função e objetivos de tais documentos no momento de sua elaboração, que trazem o debate sobre a necessidade da reforma na educação.

O *site* oficial do programa Escola Sem Partido foi utilizado para levantar informações, com o objetivo de compará-las e debatê-las concomitantemente com os demais materiais de pesquisa levantados.

Foram reunidos e ponderados palestras e debates políticos no município de Araraquara, com o objetivo de mapear, não só o seu histórico como também a forma com que ganha notoriedade na cidade.

Os documentos produzidos a partir das demandas da cidade de Araraquara também foram selecionados para análise, tais como palestras gravadas ao vivo, debates públicos em locais como a Câmara Municipal, Ata da audiência, palestras ministradas em instituições de ensino entre outros. O mapeamento do histórico da Escola Sem Partido no município e o acesso às discussões na Câmara Municipal contribuíram para a elaboração do dossiê.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultados para esse artigo, foi possível estabelecer um fortalecimento de uma rede de estudos sobre a temática, conhecendo os fundamentos da Escola Sem Partido e entendendo seus propósitos bem como entender o porquê de haver muitas pessoas que são contrários ao projeto. Dessa forma, apropriar-se da história e do contexto histórico em que este movimento está inserido de modo geral foi essencial para iniciar um aprofundamento nos objetivos e motivações do projeto ESP.

Quanto aos aspectos defendidos pelo ESP, estão a neutralidade política, utilizando como justificativa a que professores doutrinam seus alunos; os valores familiares, em que a escola deve respeitar os valores da família, sem lecionar o que é de responsabilidade privada, como a sexualidade, entre outros. Contrariando esses argumentos, inúmeros autores escreveram que não há neutralidade na educação, pois as pessoas estão inseridas em uma sociedade e estabelecem relações sociais, destas relações constroem suas próprias convicções. Também há a questão de gênero, refutada inúmeras vezes pelo movimento, em que os contrários ao projeto afirmam que não existe a suposta “ideologia de gênero” e o que há de fato é “uma orientação e educação sexual, a fim de buscar prevenir a gravidez, os abusos e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST’s)” (Politize, 2018). Essas diferenças são cada vez mais debatidas e conseqüentemente, geram em novos argumentos de ambos os lados.

Em Araraquara, esse movimento já chegou a ser pautado na câmara, mas foi retirado pelo seu autor. Além disso, houve outras movimentações e eventos para discutir sobre o ESP em várias instituições de ensino, não só em Araraquara, mas em todo o país. Quando tramitado na Câmara Municipal, apenas os contrários ao projeto se manifestaram, sendo que os apoiadores, em sua maioria, não compareceram ao debate e/ou iniciaram seus argumentos a favor.

## **CONCLUSÕES**

A partir dos objetivos e o método para alcançá-los, é possível apresentar resultados da temática, levando em conta a leitura de documentos acerca do projeto Escola Sem Partido, bem como a análise dos debates, citados e realizados no município de Araraquara.

Dado os resultados obtidos a partir das leituras, seguiu-se o caminho de comparar as posições favoráveis e as contrárias ao movimento, chegando à conclusão de que apesar do projeto ter sido vetado no município de Araraquara e no país, este causou grande comoção, gerando diversos debates, palestras e discussões entre internautas.

Além disso, a análise também levou em consideração que, segundo os favoráveis ao ESP, os docentes, principalmente de escolas públicas, passaram a “violar” os deveres do professor em salas de aula. Estes mesmos professores que discursam sobre a política são geralmente chamados, pejorativamente, de “doutrinadores” e muitos são denunciados, perseguidos e ameaçados por tais atos, mesmo que o projeto não tenha sido de fato efetivado ou aprovado.

A conclusão que se chega no presente trabalho é que o movimento se contradiz em diversos pontos como exigir neutralidade dos professores em âmbito educacional, mas ao mesmo tempo incentivar debates políticos e a pluralidade de ideias. Sendo assim, conforme explicitado no parecer de inconstitucionalidade da

União, “a exigência de neutralidade política e ideológica implica, ademais, a não tolerância de diferentes visões de mundo, ideologias e perspectivas políticas em sala “.

## **REFERÊNCIAS**

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Rodrigo. ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A FILOSOFIA DO ESCOLA “SEM PARTIDO” E O PROJETO EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR. (1964 a 2016)

RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação in: AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. Escola Sem Partido: doutrinação comunista, coelho da páscoa e papai noel in: AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.